

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA - Maricá, 19 de setembro de 2019

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Secretaria 1 de Participação Popular, Direitos Humanos e da Mulher, foi realizada Reunião Ordinária do 2 Conselho das Cidades de Maricá. A Reunião teve Abertura e Primeira Chamada às nove horas e 3 quinze minutos onde se verificou a insuficiência do quórum mínimo de oito conselheiros. A 4 Segunda Chamada ocorreu às nove horas e quarenta e cinco minutos onde verificou-se o quórum 5 necessário e a Reunião foi iniciada. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares: Celso 6 7 Cabral Nunes (Presidente), André Ribeira Candiá, Ayrton de Oliveira Becalle, Carlos Vinicius 8 Maçante, Cristiane Dutra, Eduardo Silva de Souza e Rita de Cássia, e os seguintes conselheiros 9 suplentes: Bárbara Maria da Silva, Bruno Martins, Caio Cesar do Nascimento, Leci das Graças Alberti, Marcella Costa Ribeiro Lima Corrêa, e Washington Luiz da Silva. Estiveram presentes 10 11 ainda, a secretária executiva Martha Ann Schmitz e o servidor da Secretaria de Urbanismo Júlio 12 César Ramos. A pauta da reunião foi sobre o Empreendimento Colinas. A Reunião foi iniciada pelo Presidente que deu a todos as boas vindas e foi acordado por todos os presentes que a leitura 13 da Ata anterior seria dispensada. A Conselheira Rita tomou a palavra e iniciou informando que o 14 projeto Empreendimento Colinas está em fase de desenvolvimento e que tem atendido as 15 16 solicitações para apresentação do mesmo à sociedade e que os beneficiários cadastrados já foram 17 informados acerca do Empreendimento Colinas. A Conselheira Rita decide informar sobre a estrutura da Secretaria de Habitação e Assentamentos Urbanos antes de continuar a pauta, 18 19 falando que a Secretaria possui um grupo de programas e tem pelo menos quatro em 20 desenvolvimento, sendo eles: Regularização Fundiária, Melhoria Habitacional, Locação Social e Reassentamento. A conselheira Rita comenta que há um Inquérito do Ministério Público 21 cobrando a desocupação das margens do rio Mumbuca e, para isso, surge o Empreendimento 22 Colinas. Continuou informando que a pergunta que mais ouve é se o Empreendimento Colinas é 23 um Minha Casa Minha Vida e explica que não. Começa sua explicação pela definição do que é o 24 25 Minha Casa Minha Vida, sendo um programa federal de habitação onde, em Maricá, o município forneceu o cadastro de beneficiários para o governo federal que acolheu este cadastro e os 26 contratos deste programa eram efetuados com a Caixa Econômica Federal. Informou ainda que as 27 28 famílias pagaram pelas casas e efetuaram um contrato de financiamento. O conselheiro Ayrton 29 fala sobre a questão do cadastro ter sido fornecido pela Prefeitura. A conselheira Rita informa que algumas pessoas do cadastro não quiserem se mudar, outras não queriam/podiam pagar pela 30 nova moradia e outras não conseguiram cumprir as exigências necessárias para o contrato de 31 financiamento com a Caixa Econômica Federal. Com isso, vieram muitas pessoas de outros 32 33 municípios para morar no Minha Casa Minha Vida de Maricá. A conselheira Rita comunica que 34 quando junta pessoas diferentes é normal ter problemas e cita como exemplo os condomínios, acrescenta que sabe que os problemas do Minha Casa Minha Vida são mais graves devido à 35 população residente ser mais vulneral. A conselheira Cristiane relembra e pergunta se próximo ao 36 37 Minha Casa Minha Vida não tinha que ter mais estrutura, como por exemplo, escolas. A



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA - Maricá, 19 de setembro de 2019

conselheira Rita não pode especificar, pois não participou do Minha Casa Minha Vida, mas diz 38 que tinha sim uma corresponsabilidade. O conselheiro Ayrton informa que o município tinha que 39 criar estrutura ao entorno do Minha Casa Minha Vida. A conselheira Rita informa que o 40 Empreendimento Colinas é um projeto municipal de reassentamento para os moradores das 41 margens do rio Mumbuca e que foi realizado cadastro previamente, assim como registro dos 42 beneficiários e localização das moradias, assegurando que todos são moradores de Maricá. O 43 conselheiro Ayrton cita que a população residente do "Risca Faca" causa mais problemas, e que 44 45 não escuta reclamações da população residente as margens do rio Mumbuca. A conselheira Rita mostra um slide com a foto da localização da população beneficiada e informa que em média 46 sessenta por cento moram próximos ao terreno do Empreendimento Colinas. Ressalta que há 47 muitas casas à venda nas margens do rio Mumbuca e que as casas são regulares, pois este local, 48 na época da construção, era regular. Acrescenta que hoje estes terrenos se encontram dentro da 49 faixa marginal e que precisamos resolver os irregulares. Informa ainda que o terreno para o 50 Empreendimento Colinas fica dentro do bairro Pedreiras e prevê atender mais de duzentas 51 famílias. Comenta que muitas pessoas moram em áreas invadidas e não querem se mudar. 52 53 Mostrou nos slides as fotos da área que é uma área privilegiada no Centro de Maricá e ocorreram 54 reclamações por ser possível área de contemplação do município, porém o terreno é rochoso e não tem condições de crescer árvores de grande porte. Continuando com os slides, mostrou a 55 linha do tempo com todo o tramite processual efetuado, como a busca do imóvel nos vazios 56 urbanos do município e escolha do terreno através do estudo das áreas. O conselheiro Ayrton 57 informa que uma das acusações que escutou foi que a área de interesse público tem que está 58 prevista no Plano Diretor e o Legislativo de Maricá teria atribuído ao Prefeito, de forma 59 inconstitucional. A conselheira Rita informa que em Maricá foi criada uma lei relacionada à 60 política habitacional e as áreas podem ser feitas via decreto. O conselheiro Ayrton diz que vai 61 contra o Estatuto da Cidade. A conselheira Rita informa que não, não existe nada incorreto do 62 63 ponto de vista do município e acrescenta que se fosse esperar a revisão do Plano Diretor no município não conseguiria dar continuidade aos projetos. O conselheiro Bruno fala no quanto a 64 65 equipe da Secretaria de Habitação deve escutar de preconceito e acrescenta que o movimento que a equipe está promovendo é saudável, pois estão tratando a população de forma séria. A 66 conselheira Rita comunica que grupos contrários ao Empreendimento são recepcionados/tratados 67 no Gabinete do Prefeito. A conselheira Cristiane informa que recebeu um convite e foi a uma 68 plenária, assim como a conselheira Leci, do conselho de segurança referente a um projeto Minha 69 70 Casa Minha Vida nas Colinas. A conselheira Rita acrescenta que a Secretaria de Habitação não 71 foi convidada. A conselheira Cristiane continua, informando que o advogado presente passou conhecimentos de leis e indicou que a Prefeitura estava agindo errado. A conselheira Cristiane se 72 manifestou informando que não sabia do projeto e pediu que enviassem um ofício para o 73 74 Conselho da Cidade para se discutir sobre a questão, além de dizer que a Secretaria de Habitação



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA - Maricá, 19 de setembro de 2019

deveria discutir este assunto e eles falaram que chamaram os secretários da pasta e os mesmo não 75 compareceram. A conselheira Cristiane comunica que não havia membros do governo na mesa 76 77 que se tornou um palanque para vereadores da oposição. A conselheira Cristiane falou que plantaram o ódio que pode prejudicar as pessoas que podem ser beneficiárias. Informou que foi 78 relatado que iriam dependentes químicos e parentes de presidiários morar no Empreendimento. A 79 conselheira Cristiane diz que o Empreendimento Colinas tem que ser mais discutido. A 80 81 conselheira Rita agradece o depoimento da conselheira Cristiane e informa que enviou pessoas 82 que a informaram do que foi dito na plenária. A conselheira Leci diz que passaram um abaixo assinado como se fosse lista de presença. A conselheira Rita continuou a falar sobre o 83 Empreendimento, reafirmando que o empreendimento não é condomínio e sim um loteamento 84 85 aberto. Quanto à metragem dos lotes, o conselheiro Washington informa que o padrão hoje é duzentos e quarenta metros quadrados. O presidente Celso informa que duzentos e quarenta é 86 fração e não lote. A conselheira Rita diz que a lei deveria controlar onde pode construir ou não e 87 não o tamanho do terreno. O conselheiro Ayrton perguntou a metragem quadrada estabelecida 88 por lote no Empreendimento. A conselheira Rita diz que não sabe informar, pois vai adaptar o 89 90 terreno para a família por fração. O decreto foi criado para adaptar a legislação na questão de 91 tamanho do terreno. Hoje em dia não se pode regularizar casas às margens do rio Mumbuca, além do local ter histórico de alagamento. Acrescenta que Maricá conseguiu autorização do Estado 92 para limpar seus rios e canais e isto melhorou a situação de alagamento. A conselheira Rita 93 94 informa que o projeto tem o cuidado de alocar as pessoas para áreas próximas as que moram. Acrescenta que o município está em ascensão e possui uma malha viária problemática. O 95 conselheiro Ayrton comenta sobre a escola na avenida que está próxima a um posto de 96 abastecimento e em cima de um rio. A conselheira Rita comenta sobre o procedimento de 97 relocação e ressarcimento, onde as obras de interesse público tem que cumprir este procedimento 98 99 para as famílias que serão atendidas. A moradia se institui por contrato de condição real de uso, não conseguimos impedir que as pessoas vendam, pois a Legislação Federal permite a venda, 100 desde que seja para uma família com o mesmo perfil. O conselheiro Ayrton pergunta se as 101 pessoas que moram de aluguel e possuem renda acima do mínimo exigido, assim como o 102 103 proprietário da casa que a aluga, logo, que não precisa dela para moradia, serão beneficiários. A conselheira Rita informa que o dono do lote será ressarcido pelo valor de mercado do lote e pela 104 construção que será demolida. Porém, acrescenta que o que mais vale é o terreno e em lote 105 irregular, o terreno não vale nada, será ressarcido somente pela construção do imóvel. Será 106 107 primeiro oferecido uma indenização, mas preferimos que ele seja realocado, porém não podemos 108 obrigá-los. Com isso, será feita uma campanha comparando o valor do imóvel atual e dos imóveis no Empreendimento Colinas. A conselheira Rita informa que será avaliada a renda de quem aluga 109 e se for acima de três salários mínimos, essas pessoas não serão beneficiadas. O conselheiro 110 111 Washington perguntou quanto tempo dura a locação social. A conselheira Rita informa que por



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA - Maricá, 19 de setembro de 2019

um ano podendo ser renovada por mais um. O conselheiro Washington faz uma observação que a 112 Secretaria de Habitação fez o Plano Diretor da Habitação para ser adaptado, e serve de subsídio 113 114 para o Plano Diretor Municipal. A conselheira Rita menciona que o Plano Diretor Municipal é remetido a toda a sociedade e continua falando sobre os benefícios de se mudar para a mesma 115 região. O conselheiro Ayrton perguntou sobre a questão do esgotamento sanitário no Estudo de 116 Impacto de Vizinhança, já que o terreno é ruim e rochoso. A conselheira Rita diz que o terreno é 117 118 difícil, mas temos engenharia para isso e os problemas de esgoto e água serão solucionados. 119 Informa que os licenciamentos são somente os municipais, pois o tamanho não obriga possuir a obtenção de outros. Comenta que foi realizada a limpeza do terreno para efetuar a sondagem e 120 muitos falaram que era movimento de terra. Acrescenta que ocorreu a perfuração para ter água, 121 122 mediante um convênio com o Governo do Estado para fazer o estudo da água e captação. O 123 conselheiro Ayrton comenta que o projeto foi bem pensado, e que não tem críticas, só expressa 124 seu receio que o local da intervenção seja reocupado indevidamente, como ocorreu em outros locais. A conselheira Rita informa que serão dois blocos de apartamento. O Empreendimento 125 contará com um centro habitacional, um condomínio para cada prédio, observando-se que o 126 127 restante das unidades serão independentes e integradas à cidade. A acessibilidade ao terreno se dá 128 pelos bairros das Colinas, Pedreiras e Flamengo. A conselheira mostrou imagens das plantas das casas que possuem: garagem, quem não tiver veículo a usará como varanda; muro, dois quartos; 129 um ou dois banheiros, sendo dois na maioria das casas, um em cada andar, e sendo um banheiro 130 131 nos apartamentos. As casas são acessíveis e o térreo dos apartamentos tem rampa e área comum nos prédios. A conselheira Cristiane questiona sobre a infraestrutura externa. A conselheira Rita 132 informa que está tudo no contrato. A conselheira Rita informa que terá espaço público com duas 133 praças. O conselheiro Ayrton ressalta que tem que ter brinquedos acessíveis nas praças. A 134 conselheira Rita cita que a Autarquia de Serviços de Obras de Maricá - SOMAR está comprando, 135 136 mas tem que ter campanhas de uso dos equipamentos pela sociedade, pois há várias crianças em cima deles ao mesmo tempo e, assim, os brinquedos não vão durar. A conselheira Rita informa 137 que a chave do imóvel só será entregue quando a casa anterior for demolida, está escrito em 138 contrato. O início das obras está previsto para dois mil e vinte ou dois mil e vinte e um e a obra 139 140 deve demorar, no mínimo, dois anos. A conselheira Rita informa que sua equipe se reuniu com as famílias beneficiárias e explicaram todo processo com responsabilidade e transparência, 141 142 mantendo-os informados sobre eventuais embargos e paralisações, além de fornecer às famílias o número do processo administrativo para acompanhamento e, se for o caso, cobrar ao próximo 143 144 governante para prosseguir com o Empreendimento. O conselheiro Eduardo pergunta se além da 145 demolição das casas, se tem previsão para construir uma nova saída da cidade. A conselheira Rita comunica que tem um projeto de saída passando pelo bairro Mumbuca e iria até aeroporto e o 146 147 corpo de bombeiros, acrescentando que o final desta malha é próximo ao terreno e é uma área 148 rochosa e difícil, porém a previsão é que seja construída a saída. A conselheira Rita responde à



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA - Maricá, 19 de setembro de 2019

pergunta anterior do conselheiro Ayrton sobre a existência de projetos para os locais das demolições, tendo informado que existem projetos de equipamentos urbanos, porém não é função da Secretaria de Habitação a execução deles. O conselheiro Washington parabeniza e fala que a exposição da conselheira Rita só não convence os céticos. O conselheiro Ayrton ressalta que a exposição foi fundamentada em verdades e que ele ouviu os dois lados. O conselheiro Caio parabenizou pelo trabalho e pergunta sobre o prazo de entrega. A conselheira Rita informa que deve ser pelo menos vinte e quatro meses de obras. A previsão é que a licitação vá até dezembro, os projetos básicos têm que estar prontos até lá, e a licitação deve demorar seis meses para licitar, confeccionar e assinar o contrato, se não tiver algum embargo. Com isso, prevê-se nove meses para iniciar as obras e mais dois anos de execução. Porém, não será fixada uma data para a entrega. A conselheira Rita se dirige à conselheira Cristiane explicando ser desnecessário fazer apresentação para a sociedade no momento, por ainda ser um projeto. Porém, quando chegar a hora de apresentar, serão feitas audiências públicas. A conselheira Rita fala que todos os presentes nesta reunião podem ajudar a disseminar as informações. O presidente Celso informa que recepcionou em seu gabinete três pessoas que, no início, eram contra o Empreendimento Colinas. O presidente Celso ao conversar tentou entender o que eles queriam. O grupo falou sobre a legislação e começou a fazer proposições para a área. O presidente Celso comunicou ao grupo que recebeu o representante dos moradores do bairro Colinas preocupados com a invasão de pessoas na área. O presidente Celso informou que, no final, perguntou para o arquiteto do grupo se eles estavam contra o projeto ou se queriam vender um projeto. O grupo ficou perdido e o presidente Celso os convidou para a presente reunião, porém não compareceram. O grupo era contrário, mas não sabia justificar o porquê. Para finalizar, o Presidente Celso pediu propostas para a próxima reunião onde o conselheiro Eduardo sugeriu o saneamento e o conselheiro Washington sobre a questão dos quiosques na orla da praia. O presidente Celso informou que a questão dos quiosques será tratada junto ao tema de Gestão de Praias, posteriormente. Portanto a pauta da próxima reunião será sobre o saneamento do município. A Reunião teve seu término às onze horas e vinte e cinco minutos. Eu, Martha Ann Schmitz, lavrei a presente Ata.

Celso Cabral Nunes Secretário de Urbanismo e Presidente do ConCidade Martha Ann Schmitz Secretária Executiva do ConCidade

André Ribeiro Candiá

149

150

151

152

153

154155

156

157

158159

160

161

162

163164

165

166

167

168

169

170

171172

173

174175

Representante Titular dos Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano

Ayrton de Oliveira Becalle

Representante Titular dos Movimentos sociais e populares, institucionalizados ou não



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA - Maricá, 19 de setembro de 2019

Carlos Vinicius Maçante

Representante Titular dos Movimentos sociais e populares, institucionalizados ou não

Eduardo Silva de Souza

Representante Titular dos Movimentos sociais e populares, institucionalizados ou não

Bárbara Maria da Silva

Representante Suplente dos Movimentos sociais e populares, institucionalizados ou não

Caio Cesar do Nascimento

Representante Suplente dos Movimentos sociais e populares, institucionalizados ou não

Marcella Costa Ribeiro Lima Corrêa

Representante Suplente da Secretaria de Habitação e Assentamentos Humanos

Júlio César Ramos

Servidor da Secretaria de Urbanismo

Cristiane Dutra

Representante Titular dos Trabalhadores por suas entidades sindicais

Rita de Cássia

Representante Titular da Secretaria de Habitação e Assentamentos Humanos

Bruno Martins

Representante Suplente dos Movimentos sociais e populares, institucionalizados ou não

Leci das Graças Alberti

Representante Suplente da Secretaria de Participação Popular, Direitos Humanos e da Mulher

Washington Luiz da Silva

Representante Suplente dos Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano